

Cargo - Tecnologia da Informação	
Questão 01	
Gabarito 1	Itens = 4
a. Correção algorítmica (emprego de um algoritmo correto)	10.00
b. Clareza e sintaxe (apresentação do código, facilidade de leitura e compreensão)	4.00
c. Eficiência (emprego de um algoritmo eficiente)	4.00
d. Concisão do código (foco nos pontos estritamente necessários)	2.00
Nota da Questão 01 - Gabarito 1	20
Questão 02	
Gabarito 1	Itens = 4
a. Estrutura dos comandos (a combinação das cláusulas e comandos utilizados nos scripts)	6.00
b. Correção dos resultados produzidos (resultados corretos, de acordo com as especificações estabelecidas)	6.00
c. Organização (a facilidade de leitura e compreensão dos comandos)	4.00
d. Sintaxe (a adesão à sintaxe dos comandos)	4.00
Nota da Questão 02 - Gabarito 1	20
Questão 03	
Gabarito 1	Itens = 3
a. Correção da resposta (resposta correta e/ou explicação adequada)	12.00
b. Correção dos resultados produzidos (apresentação de código correto)	4.00
c. Organização e concisão (a facilidade de leitura e compreensão dos comandos com foco nos pontos estritamente necessários)	4.00
Nota da Questão 03 - Gabarito 1	20
Questão 04	
Gabarito 1	Itens = 3
a. Correção (emprego das cláusulas corretas e sua sintaxe)	12.00
b. Estrutura do código (código inserido de acordo com a especificação e estrutura válida em relação ao original)	5.00
c. Parâmetros (adequação e compatibilidade dos parâmetros)	3.00
Nota da Questão 04 - Gabarito 1	20

Cargo - Auditoria e Fiscalização	
Questão 01	
Gabarito 1	Itens = 4
a1. Explicar o que é a estratificação	5.00
a2. Exemplo	5.00
b. Objetivo: permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.	5.00
c. Quando a população pode ser adequadamente estratificada, o conjunto de tamanhos de amostra dos estratos geralmente será menor do que o tamanho da amostra que seria necessário para alcançar certo nível de risco de amostragem se uma amostra tivesse sido retirada de toda a população.	5.00
Nota da Questão 01 - Gabarito 1	20
Questão 02	
Gabarito 1	Itens = 4
a. Os gastos na fase de pesquisa são contabilizados como despesa.	4.00
b1. Na fase de desenvolvimento, os gastos são inicialmente contabilizados como despesa.	3.00
b2. Quando há comprovação da viabilidade, são contabilizados como ativo.	3.00
c. Critérios	
c1. viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;	
c2. intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;	
c3. capacidade para usar ou vender o ativo intangível;	
c4. forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;	10.00
c5. disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e	
c6. capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.	
Nota da Questão 02 - Gabarito 1	20
Questão 03	
Gabarito 1	Itens = 4
a.O valor das unidades dadas em bonificação fora do regime de substituição tributária não compõe a base de cálculo do ICMS , uma vez que a bonificação é uma modalidade de desconto incondicional expressamente excluída da base de cálculo do ICMS.	5.00
b.Não incide ICMS no deslocamento de bens de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte localizados em estados distintos , visto não haver a transferência da titularidade ou a realização de ato de mercancia .	5.00
c.Sim. O Estado pode instituir obrigação acessória de emitir nota fiscal a ser observada pelo sujeito passivo, a fim de viabilizar o exercício do poder-dever fiscalizador da Administração Tributária , ainda que o sujeito passivo da obrigação acessória não seja contribuinte do tributo ou que inexistente, em tese, hipótese de incidência tributária .	4.00
d.O ICMS incide sobre o preço total da venda apenas quando o acréscimo de juros é cobrado pelo próprio vendedor (venda a prazo), sem a intermediação de instituição financeira . Já a venda financiada por cartão de crédito depende de duas operações distintas para a efetiva "saída da mercadoria" do estabelecimento, quais sejam, uma compra e venda e outra de financiamento, em que há a intermediação de instituição financeira. O ICMS incide apenas sobre o valor da operação de compra e venda, e não sobre aquela de financiamento ofertada pela instituição financeira .	6.00
Nota da Questão 03 - Gabarito 1	20
Questão 04	
Gabarito 1	Itens = 3
a1. Não. O requisito de que a entidade doadora aplique integralmente no Brasil os recursos destinados à manutenção de seus objetivos institucionais, como condição para a não incidência do ITCD sobre tal doação, não	5.00

se aplica às organizações religiosas. OU A imunidade tributária de impostos em favor dos templos de qualquer culto, prevista no art. 150, VI, "b", CF/1988, não admite, como requisito para seu gozo, condicionamentos estabelecidos em leis infraconstitucionais.	
a2. O terreno doado está afetado à finalidade essencial da organização religiosa, pois nele será construída sua nova sede.	5.00
b. Não. Segundo o STF, somente por lei complementar de caráter nacional poderão os Estados ter competência para instituição do ITCMD se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior. Ausente tal lei complementar, não pode o Estado de Minas Gerais legislar autonomamente sobre essa hipótese de incidência por mera lei ordinária estadual.	10.00
Nota da Questão 04 - Gabarito 1	20

Cargo - Tributação	
Questão 01	
Gabarito 1	Itens = 7
a. Não, pois não havendo termo (prazo) para o cumprimento de sua obrigação , a sua mora é ex persona , dependendo de prévia interpelação (notificação).	3.00
b. Não, porque a prestação se tornou inútil ao credor , fato que confere o direito de enjeitar (rejeitar) a prestação (a purga da mora) , podendo exigir a satisfação das perdas e danos .	3.00
c. Cláusula penal compensatória , considerando a espécie de inadimplemento absoluto .	3.00
d. Deve haver reunião ou assembleia dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato .	2.00
e. Sim, é possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica , porque houve confusão patrimonial , pois Olívia se utilizou indevidamente da pessoa jurídica para resguardar bens e valores de seu acervo pessoal .	4.00
f. Decisão interlocutória .	2.00
g. Sim, possui legitimidade e interesse em impugnar a decisão, pois o resultado pode interferir na esfera jurídica da devedora (Olívia) .	3.00
Nota da Questão 01 - Gabarito 1	20
Questão 02	
Gabarito 1	Itens = 2
a. Não, pois o STF já decidiu que a concessão de benefícios fiscais de ICMS que acabam por favorecer organizações religiosas, dada a natureza da atuação destas, não configura situação de guerra fiscal entre os Estados , não se submetendo à necessidade de prévia deliberação dos Estados e do Distrito Federal por meio de convênio do CONFAZ .	10.00
b. Não. A organização religiosa, no pagamento da fatura de energia elétrica, é mera contribuinte de fato (e não contribuinte de direito), ou seja, apenas suporta o valor do tributo no preço final da mercadoria, não tendo relação jurídico-tributária direta com o Fisco . A imunidade tributária apenas beneficia a entidade imune quando esta se encontra na posição de contribuinte de direito, não de contribuinte de fato.	10.00
Nota da Questão 02 - Gabarito 1	20
Questão 03	
Gabarito 1	Itens = 5
a. Sim. Nas execuções fiscais deve o magistrado deferir o requerimento de inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, independentemente do esgotamento prévio de outras medidas executivas .	5.00
b1. Sim. Presume-se a dissolução irregular da sociedade empresária que deixa de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes.	2.50
b2. Sendo a dissolução irregular um ato praticado com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, está legitimado o redirecionamento da execução fiscal tanto para o sócio administrador como para o terceiro não sócio que exerciam poderes de gerência ao tempo da dissolução irregular .	2.50
c1. Não. Embora ajuizada a execução fiscal em 2015, como a Fazenda Pública estadual foi regularmente cientificada em março de 2016 a respeito da não localização da devedora ou de bens penhoráveis, então a suspensão da execução por 1 ano, bem como a suspensão do curso da prescrição, iniciaram-se automaticamente nesta última data .	5.00
c2. Assim, o prazo de 5 anos de contagem da prescrição intercorrente voltou a correr em março de 2017, de modo que só se consumaria em março de 2022 .	5.00
Nota da Questão 03 - Gabarito 1	20
Questão 04	
Gabarito 1	Itens = 5
a. Sim. O contribuinte deverá efetuar o estorno do imposto creditado sempre que a mercadoria ou o bem entrados no estabelecimento vierem a ser objeto de furto, dentro do mesmo período em que se verificar o fato.	3.00
b. Para efeitos de estorno do imposto creditado, será emitida Nota Fiscal eletrônica de ajuste, sem destaque do imposto.	3.00
c. A solução à consulta será dada no prazo de 30 dias contados do recebimento do processo tributário administrativo na Superintendência de Tributação.	4.00

d. O acesso eletrônico para fins de intimação do contribuinte deverá ser feito em até dez dias corridos contados do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação tacitamente realizada na data do término desse prazo.	4.00
e. Da resposta dada à consulta pela Superintendência de Tributação cabe recurso, com efeito suspensivo, ao Secretário de Estado de Fazenda, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que o consulente tiver ciência da resposta.	6.00
Nota da Questão 04 - Gabarito 1	20